

Francis Rafael Beck

**Perspectivas de controle
ao crime organizado e crítica
à flexibilização das garantias**



São Paulo
2004

© Desta edição – IBCCRIM

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.
Fone: (11) 289-1366 – Fax: (11) 289-0679

Capa: Luis Colombo e Lili Lungarezi

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

Beck, Francis Rafael

Perspectivas de controle ao crime organizado e crítica à flexibilização das garantias / Francis Rafael Beck. - São Paulo : IBCCRIM, 2004 (Monografias / IBCCRIM ; 32)

Bibliografia

1. Crime organizado. 2. Direitos fundamentais.

I. Título. II. Série.

04-2191.

CDU 343.91

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Rua 11 de agosto, 52, 2.º andar

CEP 01018-010 – São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (xx 55 11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.org.br> — e-mail: publicacoes@ibccrim.org.br

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

2004

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO	15
1. A GLOBALIZAÇÃO E SEUS INFLUXOS SOBRE O ESTADO E O DIREITO (PENAL) CONTEMPORÂNEOS	21
1.1 Pequeno esboço do fenômeno da globalização	21
1.1.1 Traços de caracterização	24
1.1.2 “Globalização” ou “globalizações”?	26
1.2 Os impactos do modelo globalizador sobre o Estado con- temporâneo	28
1.2.1 Notas iniciais	28
1.2.2 A superação das fronteiras nacionais e o declínio da concepção tradicional de soberania estatal	29
1.2.3 O aumento da complexidade estatal e a sua (suposta) incapacidade estrutural	33
1.3 A sociedade globalizada e o direito	35
1.3.1 A limitação do direito estatal como consequência do modelo globalizador	35
1.3.2 Tendências e desafios do direito na era da globaliza- ção	38
1.4 O direito penal da globalização	41
1.4.1 A influência das globalizações no direito penal.....	41
1.4.2 O paradoxo entre a flexibilização do direito e a exasperação da tutela penal	45
1.4.3 Prognóstico do direito penal (globalizado).....	50
2. O CRIME ORGANIZADO COMO FENÔMENO CONTEM- PORÂNEO	55
2.1 Em busca de um conceito de crime organizado.....	63

2.2 Características do fenômeno	74
2.2.1 Estrutura plúrima hierarquizada e permanente	80
2.2.2 Finalidade de lucro ou poder	81
2.2.3 Utilização de meios tecnológicos	82
2.2.4 Conexão com o poder público	83
2.2.5 Internacionalização	85
2.2.6 Uso da violência ou intimidação	87
2.2.7 Cometimento de delitos com graves conseqüências sociais	88
2.2.8 Emprego de lavagem de dinheiro	91
3. O CAMINHO FÁCIL DO DIREITO EMERGENCIAL	93
3.1 O socorro à antecipação (e facilitação) da punibilidade	101
3.2 A (in)justificada flexibilização das garantias do acusado ...	104
3.3 A situação brasileira	113
3.3.1 Os limites constitucionais à intervenção penal	113
3.3.2 A expansão constitucional do direito penal	116
3.3.3 A Lei do Crime Organizado	120
3.3.3.1 Fundamentos da lei	120
3.3.3.2 Conteúdo normativo e principais institutos	122
4. OS RUMOS VIÁVEIS DO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO EM RELAÇÃO AO CRIME ORGANIZADO	129
4.1 Considerações introdutórias	129
4.2 O direito de intervenção de Winfried Hassemer	132
4.3 O direito penal de duas velocidades de Silva Sánchez ..	137
4.4 O garantismo de Luigi Ferrajoli	142
4.5 A manutenção das garantias básicas do indivíduo como pressuposto de qualquer (novo) modelo (que venha a ser) adotado	148
4.5.1 A impossibilidade de uma “solução policial” para o crime organizado	149
4.5.2 O papel fundamental do Estado nacional	151
4.5.3 A exigência de uma harmonização e uniformização legislativa	152
4.5.4 Os pontos de consenso	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
BIBLIOGRAFIA	169
RELAÇÃO DAS MONOGRAFIAS PUBLICADAS	179